



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE S. BRÁS DE ALPORTEL

ACTA N. 5/2010

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA NO
DIA VINTE QUATRO DE SETEMBRO DE
DOIS MIL E DEZ. -----**

----- Aos vinte quatro dias do mês de Setembro de dois mil e dez, na sala de sessões do edifício dos Paços do Município realizou-se a quarta sessão ordinária deste ano, previamente convocada, contando com a presença dos seguintes elementos: -----

----- José do Carmo Correia Martins, Raquel Gonçalves Neto Alves em substituição de Ulisses Saturnino Duarte de Brito, João Manuel Rodrigues Guerreiro Grenhas, Judite Gil Gonçalves Neves, Ivo Manuel dos Santos Tomé, Ilídio da Conceição Viegas, Sónia Costa do Rosário, Raul António Pinto da Conceição em substituição de Lina Maria Gonçalves Gago Sequeira, Francisco Bettencourt Keil Amaral, José Manuel da Costa Dantas, Henrique José Machado Nicolau, Tânia Sofia Conceição Pires Revés, Norberto Miguel Brito Lopes de Jesus, António Domingos Cerdeira Leitão Pires, Paulo Viegas Guerreiro e David José Ventura Gonçalves. -----

----- Estavam igualmente presentes os Vereadores Vitor Manuel Martins Guerreiro, Marlene de Sousa Guerreiro, Acácio José Madeira Martins e João Carlos Mendonça D'Aragão e Moura. -----

----- Verificada a existência de quórum o presidente da mesa deu por aberta a sessão lendo o edital que lhe deu origem. -----

----- Seguidamente leu a correspondência registada pelo núcleo de apoio da assembleia desde a última sessão referindo os ofícios da AMAL remetendo para conhecimento várias moções sobre a introdução de portagens na Via do Infante e o encerramento da delegação da Agência Lusa em Faro; pedidos de substituição dos

elementos Lina Sequeira e Ulisses Brito; officios da Câmara Municipal remetendo para conhecimento os valores de redução das transferências de verbas do Estado, bem como informação sobre os limites de endividamento da Câmara: -----

----- Salientou que fez parte de uma reunião que se realizou na Câmara Municipal, na passada semana, com a presença dos deputados da Assembleia da República eleitos pelo Algarve, do PSD e PS, respectivamente Mendes Bota, Antonieta Guerreiro, Miguel Freitas e Jamila Madeira, onde foram prestados os esclarecimentos necessários às questões colocadas pelos deputados do PSD em requerimento apresentado na Assembleia da República, no que se refere à ligação de S. Brás à Via do Infante e ao seu historial de projecto que já decorre há cerca de dez anos. -----

----- Ivo Tomé quis saber se existiram diligências ou respostas da ALGAR face ao pedido de reunião para esclarecimentos sobre o tipo de projecto que vai ser implementado na zona da Alfarrobeira da Tumba. -----

----- Respondendo o Presidente da Câmara disse que fez uma visita às obras da Algar, estando a ser executadas as infraestruturas de águas e esgotos, pelo que foi informado que esta não seria a melhor altura para se fazer uma visita ao local, ficando a mesma agendada para o dia vinte quatro de Novembro, em hora a combinar. -----

----- Ivo Tomé disse que este assunto já se arrasta há algum tempo por isso acha que esta data é tardia. Recordou que a empresa Algar tem alguma dificuldade em reconhecer quando algo funciona mal (como por exemplo o facto dos camiões libertarem lixiviados ao longo das nossas estradas) como também em dar resposta a uma solicitação de reunião com a Câmara de uma localidade onde está a implementar uma unidade fabril. -----

----- Atendendo a esta situação o Presidente da Assembleia informou que irá de imediato solicitar uma reunião para esclarecimento de toda a situação. -----

----- Francisco Keil referiu que a documentação apenas lhe chegou hoje às mãos o que torna impossível emitir alguma opinião consciente sobre alguns assuntos. -----

----- Quis saber se existe algum plano relacionado com as questões da mobilidade reduzida, porque já diversas vezes foi falado e não sabe se alguma coisa foi feita. -----

----- Solicitou esclarecimentos sobre a realização de acções sobre o orçamento participativo, quais as datas, os locais e como se irão processar. -----

----- O Presidente da mesa disse que perante um convite formulado pela Associação

Al-portel para visitar Marrocos houve necessidade de se fazer a sessão nesta data, o que também coincidiu com o gozo de férias de um elemento que normalmente elabora a informação a prestar à Assembleia Municipal, o que fez com que houvesse este atraso. -----

----- De seguida perguntou se algum dos elementos queria acrescentar, retirar ou rectificar a acta da última sessão para se poder por a votação. -----

----- Francisco Keil disse que teve oportunidade de ler a acta e nada tem a opor, sugeriu apenas que, sempre que surjam várias moções sobre o mesmo assunto e que no final dêem origem apenas a uma, que a moção final seja transcrita para a acta e que as restantes fiquem apenas à acta para posteriormente se saber o que a originou. -----

----- Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação da acta tendo a mesma sido aprovada por unanimidade e tendo ficado decidido que a proposta final é transcrita para a acta e as restantes ficam anexadas. -----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que quanto à convocatória para esta sessão e aos documentos necessários para a realização da mesma foram entregues no prazo estipulado por lei, ficando a faltar apenas a informação do Presidente da Câmara à Assembleia, que não se conseguiu concluir a tempo. -----

----- Em relação à questão da mobilidade reduzida disse que foi entregue uma candidatura no âmbito eixo 6.5, do Programa Operacional Potencial Humano (POPH), designado “Programa Rampa” e que tem a ver com um plano municipal de soluções integradas de promoção de acessibilidades e que integra todo o centro urbano da Vila, com a indicação de vários edifícios que vão ser estudados, quer no seu interior quer no exterior. Acrescentou que para além da indicação dos edifícios municipais foram apontados outros como o museu, as igrejas, o centro de saúde... -----

----- Em termos de orçamento participativo disse que este ano o mesmo vai ser uma realidade, ao contrário do que aconteceu no ano transacto que coincidia com a época de campanha eleitoral. Em Outubro trabalha-se o documento internamente na Câmara Municipal para ser posteriormente apresentado à oposição, seguidamente é mostrado à população em várias sessões a realizar nos diversos sítios para as quais ainda não existe definição de local ou data. Seguidamente haverá uma reunião para validar a proposta de orçamento que irá à reunião de Câmara e finalmente à

Assembleia Municipal para aprovação. -----

----- Passou-se de seguida ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos : **“ INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO ”**, período durante o qual nenhum dos munícipes presentes quis usar da palavra. -----

----- Passou-se de imediato ao terceiro ponto da Ordem de Trabalhos: **“ APRECIÇÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL ”**. -----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara fez uma breve apresentação da actividade mais relevante levada a cabo pela Câmara Municipal, no período subsequente à última sessão, informação essa que dispensa a sua transcrição por ficar apenas a esta acta. -----

----- Usando da palavra Ivo Tomé quis saber o que se está a passar com o projecto da unidade de cuidados continuados que, segundo as notícias vindas a lume pela comunicação social, o mesmo parece não estar a decorrer da melhor forma, por impossibilidade da empresa Villaliving. -----

----- Outro dos assuntos tem a ver com os desenvolvimentos que se têm verificado relacionados com o prédio da firma Neves e Gago que se encontra embargado há vários anos. -----

----- Respondendo o Presidente da Câmara disse que é uma preocupação da câmara a inércia demonstrada pela empresa nos últimos meses. Nesse sentido solicitou explicações à empresa tendo sido apresentado pela mesma algumas propostas de solução, que em seu entender não são as mais vantajosas. Acrescentou que a empresa atravessa uma fase financeira menos boa e não conseguiram encontrar investidores. -----

----- De acordo com o protocolo assinado a Câmara tem matéria para poder rescindir o contrato, sob pena do concelho ficar de fora, porque as cotas se podem esgotar. Perante esta situação a Câmara procura agora novos investidores e quando existirem novos desenvolvimentos trará à Assembleia Municipal. -----

----- Em relação ao edifício embargado informou que deu entrada na Câmara Municipal um projecto para a construção daquele edifício, entrou como alteração ao aprovado anteriormente e reúne as condições técnicas para vir a ser aprovado. -----

----- Acrescentou que na última reunião de Câmara foram solicitados alguns

esclarecimentos à firma, nomeadamente em relação ao processo que se encontra em Tribunal, tendo o mesmos sido já respondidos. -----

----- Ivo Tomé disse que o partido Social Democrata foi acusado de ser demasiado cauteloso em relação à Empresa villaliving, no que se refere à assinatura do protocolo, estando agora a comprovar-se que essa cautela não era demais. -----

----- Em relação ao edifício da empresa Neves e Gago disse que está em marcha um plano para legalizar uma infracção de uma empresa, cujo sócio era um dirigente do Partido Socialista de um órgão autárquico, à data dessa infracção. -----

----- Disse que aquando da alteração do Plano de Urbanização, o Partido Social Democrata insurgiu-se referindo que uma das propostas de alteração servia para existir um “*branqueamento de infracções*”, daí o seu voto ter sido a abstenção. -----

----- Perante tais factos disse que não sabe qual será a posição da autarquia perante os munícipes que cumprem a lei, quando a própria autarquia “*toma diligências para branquear ilicitudes que se realizam no nosso concelho*” -----

----- O Presidente da Câmara disse que aquando a elaboração do protocolo com a empresa Villaliving, o problema que se colocava era como iriam ser contratualizadas as camas. Referiu igualmente que apenas foi celebrado o protocolo, não tendo existido qualquer escritura. -----

----- Em relação ao edifício da Empresa Neves e Gago, não pode admitir que se levantem calúnias nesta Assembleia, nem tão pouco que seja utilizada linguagem menos própria. -----

----- Referiu que foram apresentadas ao pormenor, quer na Câmara quer na Assembleia, todas as alterações introduzidas na revisão do Plano de Urbanização, daí que ninguém possa dizer que desconhecia ou que foi feito à revelia. -----

----- Norberto Miguel pediu alguns esclarecimentos em relação ao quadro dos limites de endividamento da Câmara, quer do limite quer do, a médio e longo prazos. -----

----- Perguntou igualmente se foi feita alguma diligência no sentido de ser rectificadas uma situação que ocorre no acesso à Via do Infante, constante no novo projecto, que a ser executado conforme está planeado, S. Brás não fica com uma ligação directa à Via do Infante, mas sim com um semi-acesso, porque caso tenha de se entrar (sentido S. Brás- Espanha) ou sair (sentido Portimão – S. Brás) da Via do Infante, os veículos quase terão de se deslocar à freguesia da Conceição para ser possível

inverter a marcha, seguindo posteriormente no sentido de S. Brás e da A22.-----

----- Respondendo o Presidente da Câmara esclareceu as divergências constantes dos quadros de endividamento, porque um representa o total dos empréstimos enquanto outro refere os empréstimos para obras que são financiadas por fundos comunitários.-----

----- Seguidamente a Chefe de Divisão Financeira e Patrimonial – Lilia Pires, prestou alguns esclarecimentos técnicos por forma a clarificar este assunto.-----

----- Em relação à ligação de S. Brás à Via do Infante disse que o único projecto a que teve acesso foi aquele que apresentou à Assembleia Municipal, no entanto o seu maior desejo é que os sambrasenses tenham um acesso à Via do Infante, seja ele com uns metros mais acima quer mais abaixo.-----

----- Usando da palavra Raul Conceição quis saber quais as negociações que existiram com a Direcção Regional de Educação, uma vez que a Senhora Ministra informou publicamente que não encerraria nenhuma escola sem o consentimento das Câmaras. E o que é certo é que a escola dos Almargens foi encerrada.-----

----- O Presidente da Câmara disse que fez tudo o que estava ao seu alcance para que a mesma não fosse encerrada, apresentando inclusive um orçamento de custos para adaptar aquele edifício a jardim de infância em que já existia a previsão de quinze crianças para ocupar aquele espaço, situação que não foi aceite pela Direcção Regional de Educação.-----

----- Francisco Keil disse que gostaria que, caso a candidatura ao programa rampa seja aprovada, que fosse facultada uma cópia do referido projecto a cada bancada.---

----- Em relação à ligação de S. Brás à Via do Infante, disse que infelizmente continuam a existir contradições entre as afirmações da Câmara e as Estradas de Portugal, parecendo-lhe que o mesmo não é muito claro e que a tática é “vencer pelo cansaço”, devendo o mesmo ser tratado com a dignidade e respeito atendendo a que se trata de uma obra estruturante para o concelho.-----

----- O Presidente da Câmara disse que lhe custa bastante ouvir estas acusações e outras que lhe fizeram inclusivamente na Assembleia da República quando ela tem feito tudo o que está ao seu alcance, quer neste processo quer noutros que visem o bem estar da população sambrasense.-----

----- Disse que as pessoas não quiseram perceber o traçado que está em causa,

num troço de cerca de oitocentos metros que se mantém inalterado desde o projecto apresentado e que até há pouco ainda não tinha sido posto em causa. -----

----- Fez novamente um resumo de todo o percurso do processo referindo que a hipótese de passagem pelos Funchais, que a população agora sugere foi posta de parte pelos técnicos responsáveis uma vez que iria causar um impacto muito superior àquele que passa a nascente da Estrada Nacional dois. -----

----- Esclareceu que o traçado que previa a requalificação da actual estrada é o mesmo, no troço dos Machados, que está no projecto de dois mil e quatro e no agora apresentado. -----

----- Referiu igualmente que o que está em causa é se queremos construir a estrada ou não, o que em seu entender é bastante benéfico para o concelho e da sua parte irá fazer todos os esforços para levar por diante esta obra que, caso não se realize agora, não se sabe quando poderá vir a ser construída. -----

----- Em relação à qualificação da Estrada que já existe, disse que já foi por diversas vezes informado que a mesma implicaria o derrube de muitos muros e logradouros para que a mesma ficasse com os corredores laterais com as medidas regulamentares, daí optar-se por um traçado à parte, ficando a estrada actual como via de restabelecimento às moradias. Este novo traçado cumpre todas as normas regulamentares com curvaturas devidamente estudadas e que permitem velocidades específicas para este tipo de vias. Acrescentou que a mesma tem sete metros de faixa, mais dois metros de berma para cada lado possuindo uma faixa de lentos apenas dos Machados para S. Brás. -----

----- Disse que os pareceres da Câmara não são vinculativos, nem as Estradas de Portugal faz o que a Câmara quer, ao contrário daquilo que tem sido referido. -----

----- Usando da palavra o Presidente da mesa teceu alguns considerandos em relação a este assunto e apelou a todos para que, embora expressando as suas opiniões, unam esforços para levar por diante esta obra de grande envergadura e primordial importância para S. Brás e especialmente para os Sambrasenses que diariamente têm de se deslocar para Faro. -----

----- Salientou que a estrada agora existente tem mais de cem anos e servia aqueles que se deslocavam para Faro em carroças puxadas por animais, o que não é compatível com os dias de hoje para servir um concelho que é o que mais se

desenvolve no Algarve.-----

----- Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: “**SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO**”.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara fez a apresentação dos pagamentos efectuados até à presente data bem como as receitas arrecadadas. -----

----- Passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: “**APROVAÇÃO DA TAXA DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA 2011**”.-----

----- O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para aprovação, bem como a proposta apresentada ao executivo e a deliberação que recaiu sobre a mesma.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara prestou alguns esclarecimentos sobre este assunto, nomeadamente com a comparação entre vários municípios e durante vários anos.-----

----- Referiu que dada a conjuntura económica todos estes impostos têm vindo a reduzir, nomeadamente o imposto sobre transacções de imóveis, uma vez que não tem havido vendas de prédios. Outro problema com que a Câmara se depara é a redução das transferências do FEF, o que, tudo contabilizado não permite a redução na cobrança do IMI, sob pena de se comprometerem os investimentos da Câmara.----

----- Apresentou um quadro onde constam todos os municípios, as taxas praticadas para o IMI, IRS, Derramas etc, referindo que na generalidade todos vão optar por taxas máximas.-----

----- Acrescentou que a situação é grave existindo algumas autarquias com grandes dificuldades em pagar aos seus fornecedores, o que não é o caso de S. Brás, não porque tenha muito dinheiro mas porque tem feito uma boa gestão e só gasta aquilo que tem ou que tem hipótese de pagar.-----

----- Perante tais factos a sua proposta é de manter as taxas aplicadas no ano transacto, para poder continuar com a mesma qualidade de prestação de serviços como tem sido feito até agora, sob pena de ter de se encerrar alguns serviços e mandar para casa funcionários que terminem os contratos.-----

----- Norberto Miguel perguntou se existe a hipótese do IMI ser apresentado em parcelas distintas ou seja, o valor que corresponde aos prédios novos avaliados, aos que foram reavaliados e aos rústicos, tendo o Presidente da Câmara informado que já

solicitou essa informação e foi-lhe respondido que não era possível.-----

----- Pondo este ponto à votação foi o mesmo aprovado por maioria com quinze votos a favor, sendo estes do Partido Socialista e Partido Social Democrata e uma abstenção da Coligação Democrática Unitária, ficando assim a vigorar para o ano de dois mil e onze a taxa de zero, vírgula, oito para a generalidade dos prédios rústicos; zero, vírgula sete, para a generalidade dos prédios urbanos e zero, vírgula, quatro para os prédios avaliados nos termos do Código do IMI.-----

----- Norberto Miguel em nome do Partido Social Democrata apresentou a declaração de voto que a seguir se transcreve:-----

----- *“Mais uma vez a Câmara Municipal optou pelas taxas máximas de IMI. O Partido Social Democrata tem sempre pugnado pela redução das taxas de IMI de modo a aliviar a carga fiscal dos sambrasenses e a tornar este município mais competitivo no contexto da região. Em simultâneo reconhecemos que a situação económica do País, nomeadamente no que concerne aos desequilíbrios das finanças públicas não deixa grande margem para que os municípios reduzam as taxas de IMI, no entanto pugnamos para que a situação se altere para os próximos exercícios económicos e S. Brás de Alportel possa apresentar taxas de IMI abaixo dos máximos legalmente permitidos”*.-----

----- Usando da palavra o Presidente da Câmara disse que é conveniente que os valores de zonamento se mantenham, até porque são quase metade dos praticados pelo município de Loulé.-----

----- Passou-se de seguida ao penúltimo ponto da Ordem de Trabalhos: **“PROJECTO DE REGULAMENTO DO MERCADO MUNICIPAL”**.-----

----- O Presidente da mesa leu o ofício da Câmara Municipal que remetia este assunto para aprovação, bem como a deliberação do executivo municipal que recaiu sobre o mesmo.-----

----- Francisco Keil disse que achava interessante que existisse uma discriminação positiva para os produtores e comerciantes do concelho como forma de incentivo.-----

----- Respondendo o Presidente da Câmara disse que este documento esteve à discussão pública tendo igualmente sido solicitados pareceres a diversas entidades ligadas a este tipo de comércio. Em termos de taxas, nomeadamente as que são aplicadas às bancas que apenas funcionam ao Sábado, cada um paga, por metro

quadrado, vinte e oito cêntimos, o que é irrisório, e é um incentivo para que as pessoas ainda vão cultivando alguns produtos e os possam vender no mercado municipal. -----

----- Não tendo havido mais intervenções passou-se à votação deste ponto da Ordem de Trabalhos tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. -----

----- Passou-se ao último ponto : **“OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO”**.-----

----- O Presidente da mesa fez votos para que o dia Cinco de Outubro seja festejado com toda a dignidade. -----

----- Não tendo havido mais intervenções deu por encerrada a sessão, quando eram vinte três horas e quarenta minutos, da qual se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta pelo seu conteúdo ter ficado gravado em cassette, acta essa que vai ser assinada pela mesa e por mim _____primeiro secretário que a subscrevi. -----